



ACÓRDÃO Nº 286/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11088/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Companhia de Saneamento do Amazonas –COSAMA.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Sr. Heraldo Beleza da Câmara, Diretor-Presidente.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1106/2018-MP-EFC, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 756/757).
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia de Saneamento do Amazonas –COSAMA. Exercício de 2016.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Autorização. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular Com Ressalvas** a Prestação de Constas anual da Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do Sr. Heraldo Beleza da Câmara, Diretor Presidente e ordenador de despesas à época, na disciplina do art. 22, II, da Lei n.º 2.423/96 e 188, §1º, II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Multar** o responsável, **Sr. Heraldo Beleza da Câmara** - Diretor Presidente e ordenador de despesas à época da COSAMA, no valor de R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), referente a 10% do valor previsto no art. 54, §2º, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 1º, da Resolução TCE/AM n.º 25/12, em consonância com o que preceitua o art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96, pelas impropriedades/restrições não sanadas e apontadas pelo Relatório Conclusivo da Comissão de inspeção Ordinária, constantes nos itens e subitens 1, 2, 3, “a” e “b”, 4 “a” e 5 deste Relatório;
- 10.3. **Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, para que o **Sr. Heraldo Beleza da**



ACÓRDÃO Nº 286/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Câmara recolha o valor da multa que lhe foi aplicada aos cofres públicos (art. 72, II da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TCE/AM n.º 04/02;

10.4. Autorizar, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73, da Lei n.º 2.423/96, e arts. 169, II, 173, e 308, §6.º, todos da Resolução n.º 04/2002- TCE;

10.5. Recomendar à Origem que observe as irregularidades apontadas nesta prestação de contas, no que se refere às Restrições n.º 2, subitem “b” e “c” e 3, do Relatório conclusivo n.º 8/2018 – DICA/AM, se abstendo de cometê-las, cumprindo a legislação pertinente.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em exercício), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em exercício.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral